



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Políticas de acessibilidade em repositórios institucionais norte-americanos: caracterização e referências para o contexto brasileiro

Accessibility policies in North American institutional repositories: characterization and references for the Brazilian context

Janicy Aparecida Pereira Rocha – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – janicy.rocha@unirio.br

Resumo: Repositórios institucionais têm papel central na democratização do acesso à informação, mas carecem de práticas e políticas de acessibilidade. Esta comunicação objetiva caracterizar as políticas de acessibilidade de seis repositórios institucionais norte-americanos quanto ao conteúdo e às práticas contempladas, oferecendo referências ao contexto brasileiro. Pesquisa documental, adota análise de conteúdo como técnica. Os resultados revelam cenário heterogêneo em quatro dimensões: acessibilidade como requisito para depósito; oferta de referenciais para produção de documentos acessíveis; métodos para solicitação de versão adaptada; métodos para reportar barreiras de acessibilidade. Conclui-se que essas dimensões podem ser referências para a elaboração de políticas de acessibilidade em repositórios brasileiros.

Palavras-chave: Política de acessibilidade. Repositórios institucionais. Acessibilidade digital. Pessoas com deficiência.

Abstract: Institutional repositories play a central role in democratizing access to information, yet they lack accessibility practices and policies. This paper aims to characterize the accessibility policies of six North American institutional repositories regarding their content and the practices they contemplate, offering references for the Brazilian context. This documentary research adopts content analysis as its technique. Results reveal a heterogeneous landscape across four dimensions: accessibility as a requirement for deposit; provision of guidelines for producing accessible documents; methods for requesting adapted versions; and methods for reporting accessibility barriers. These dimensions may serve as references for developing accessibility policies in Brazilian repositories.

Keywords: Accessibility policy. Institutional repositories. Digital accessibility. People with disabilities.



1 INTRODUÇÃO

Repositórios digitais são infraestruturas que materializam o compromisso de preservação e acesso a longo prazo à produção científica. Contudo, Sena, Bonetti e Carvalho Segundo (2026) compreendem os repositórios para além dessas funções, concebendo-os como tecnologias convergentes nas quais são articuladas tecnologia, política e ética. Nessa perspectiva, argumentam que a democratização do acesso vai além da mera disponibilização, implicando a garantia de condições equitativas de uso.

Essa garantia pressupõe, entre outros elementos, a existência de políticas que orientem o funcionamento e o uso dos repositórios. Ao discorrer sobre importância das políticas nesse contexto, Torino (2017) questiona quais são necessárias, nos alertando para incertezas que permeiam tanto a literatura quanto as práticas institucionais. Dentre os diferentes tipos de políticas aplicáveis a repositórios, a de acessibilidade ainda é incipiente na literatura e nas práticas institucionais. No contexto do Antropoceno, tais políticas são estruturantes para o enfrentamento às desigualdades de acesso para pessoas com deficiência, alinhando repositórios a compromissos sociais e sustentáveis.

Anderson e Leachman (2020), em levantamento com gestores de repositórios de mais de 150 países, obtiveram 71 respostas de instituições não identificadas, das quais 54 indicaram ausência de políticas de acessibilidade estabelecidas. Já Vavrosky (2020) lista repositórios de sete universidades norte-americanas que possuem políticas de acessibilidade públicas, número bastante reduzido. No Brasil, não foram identificados levantamentos específicos sobre políticas de acessibilidade de repositórios, enquanto documentos institucionais que orientam a promoção do acesso equitativo e da participação de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, o que indica a pertinência de investigar experiências internacionais como referência. Dados e literatura nacionais contemplam inspeção de conformidade de interfaces de repositórios com diretrizes técnicas de acessibilidade ou avaliações com usuários, o que difere do objeto de análise desta comunicação.

Frente ao exposto, questiona-se: diante da escassez de políticas de acessibilidade em repositórios, o que aquelas existentes abordam e quais práticas contemplam? Para responder à questão, esta comunicação tem como objetivo caracterizar as políticas de acessibilidade dos repositórios institucionais norte-americanos listados por Vavrosky



(2020) quanto ao seu conteúdo e às práticas que contemplam, a fim de oferecer referências adaptáveis ao contexto brasileiro. Para cumprir o objetivo delimitado, além desta introdução, o texto é composto pelas seções: 2 - Repositórios institucionais e políticas de acessibilidade; 3 - Métodos; 4 - Resultados e discussão; 5 - Considerações finais.

2 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE

Desde 2002, quando a Declaração de Budapeste apontou o acesso aberto como disponibilidade gratuita na *internet*, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas (Budapest [...], 2002), avanços significativos foram alcançados. Contudo, barreiras de acessibilidade persistem nos repositórios (Anderson; Leachman, 2020). Um desafio é equilibrar a responsabilidade legal e ética de prover acesso equitativo com o risco de desestimular submissões ao exigir acessibilidade como requisito para depósito.

Há indícios de abordagem fragmentada da acessibilidade, centrada na interface e desatenta aos demais componentes da arquitetura dos repositórios. Na interface, há esforços para a adoção de normativas como as Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web (WCAG), criadas pelo World Wide Web Consortium (W3C). Já os documentos geralmente não são acessíveis; o que é desafiador, pois repositórios oferecem acesso a conteúdos que, em grande parte, não produzem (Spina; Lougen; Jensen, 2025). Ademais, os metadados raramente explicitam barreiras ou características de acessibilidade (Beyene, 2017), levando pessoas com deficiência a “[...] vasculhar pilhas de conteúdo” (Cheetham *et al.*, 2014, p. 101, tradução nossa), precisando abrir documentos, para só então descobrirem que não são acessíveis.

Dada essa realidade, alguns repositórios adotam uma abordagem reativa à acessibilidade, adaptando documentos sob demanda. Essa prática, referida como “filosofia da adaptação”, caracteriza uma desvantagem no acesso para pessoas com deficiência que precisam aguardar dias para receber uma versão alternativa, adaptada (Wentz; Jaeger; Lazar, 2011). Ademais, é um processo demorado e oneroso, que demanda recursos financeiros e mão de obra qualificada, limitando a capacidade institucional de atender a todas as demandas e de adaptar conteúdos legados (Spina; Lougen; Jensen, 2025).

Nesse cenário, o que são repositórios institucionais acessíveis e de quem é a responsabilidade de prover acesso equitativo? Advoga-se por uma compreensão ampla



da acessibilidade que extrapola legislações e normas técnicas para contemplar um compromisso coletivo com práticas que acolham as diferenças, eliminem barreiras e sirvam à justiça informacional. Nesse sentido, políticas de acessibilidade são recursos relevantes para que repositórios comuniquem seu compromisso com a acessibilidade, distribuam responsabilidades e reconheçam barreiras presentes em sua infraestrutura, indicando meios para que os usuários obtenham adaptações de documentos, especialmente os legados (Anderson; Leachman, 2020; Spina; Lougen; Jensen, 2025). Ao adotarem políticas e práticas de acessibilidade, repositórios são instrumentos de justiça informacional, ao mesmo tempo em que ampliam a visibilidade da produção e fortalecem o papel público da universidade (Sena; Bonetti; Carvalho Segundo, 2026).

3 MÉTODOS

Pesquisa básica quanto à natureza, descritiva quanto aos objetivos e documental quanto aos procedimentos. Descreve características de um fenômeno institucional – a divulgação de políticas de acessibilidade por repositórios institucionais – a partir de documentos aqui compreendidos como dispositivos comunicativos (Flick, 2009). O *corpus*, selecionado intencionalmente, é composto por políticas de acessibilidade dos seis repositórios institucionais apresentados no Quadro 1. O MSU Digital Repository¹, da Michigan State University, embora elencado por Vavrosky (2020), tem Declaração de Acessibilidade (Michigan..., [20--?]) em vez de política e, por isso, foi desconsiderado. Vavrosky (2020) não analisou as políticas; portanto, a comparação de resultados não é possível. Os documentos analisados são os vigentes na data da coleta. Foi selecionado o repositório institucional de cada universidade, excluindo-se os específicos de unidades ou de outras tipologias, como repositórios temáticos ou de dados.

Quadro 1 - Repositórios selecionados para análise das políticas de acessibilidade (continua)

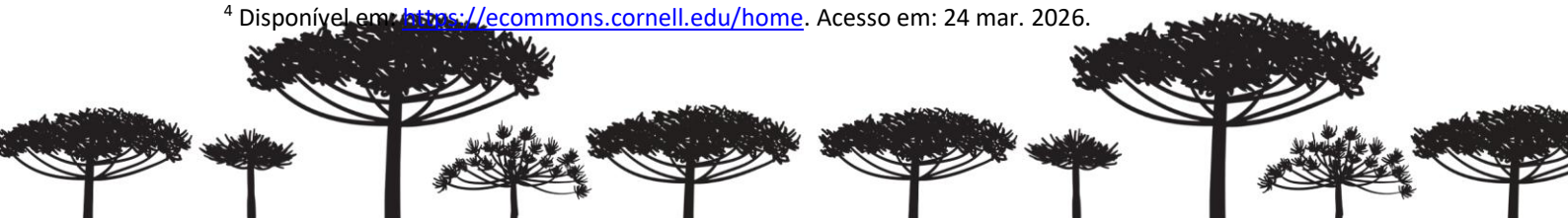
Repositório	Plataforma	Instituição
Deep Blue Documents ²	DSpace	University of Michigan
DukeSpace ³	DSpace	Duke University
eCommons ⁴	DSpace	Cornell University

¹ Disponível em: <https://d.lib.msu.edu/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

² Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/documents>. Acesso em: 24 mar. 2026.

³ Disponível em: <https://dukespace.lib.duke.edu/home>. Acesso em: 24 mar. 2026.

⁴ Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/home>. Acesso em: 24 mar. 2026.



Quadro 1 - Repositórios selecionados para análise das políticas de acessibilidade (conclusão)

Repositório	Plataforma	Instituição
GW ScholarSpace ⁵	Hirax	The George Washington University
Harvard Dash ⁶	DSpace	Harvard University
IU ScholarWorks ⁷	DSpace	Indiana University

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A coleta de dados foi feita por consulta direta aos *websites* dos repositórios selecionados, em abril de 2026. O procedimento consistiu em acessar a página inicial de cada repositório e buscar menções à acessibilidade. Quando identificadas, as referências foram seguidas até a página de destino. Se correspondia a política específica do repositório, ou indicada como aplicável a ele, o conteúdo foi selecionado. Como cuidados éticos, considerou-se que os documentos fossem públicos e disponíveis *online*.

Selecionado o *corpus*, adotou-se como técnica a análise de conteúdo (Bardin, 2009), por permitir identificar regularidades e ausências em documentos institucionais e a construção de categorias temáticas. Na etapa de pré-análise, o *corpus* foi organizado em planilha *online* e, por leitura flutuante, registraram-se resumo de cada documento e primeiras impressões sobre padrões, recorrências e omissões. Na etapa de exploração do material, os temas foram definidos como unidade de análise. Na etapa de tratamento dos resultados e interpretação foram feitas a codificação e a categorização das unidades de análise, seguidas da interpretação dos resultados, conforme Seção 4.

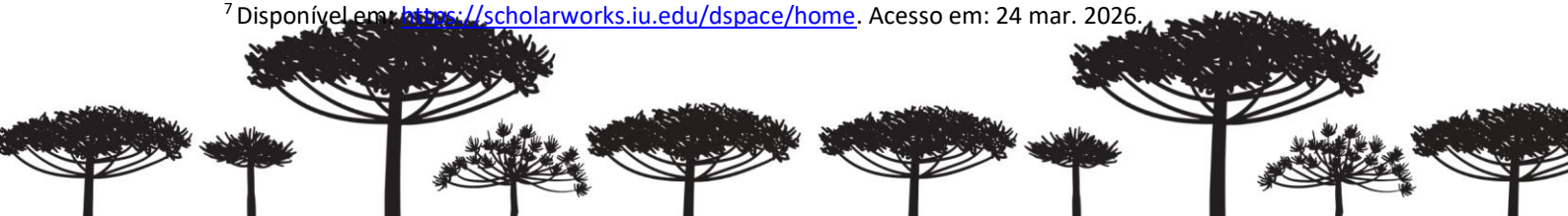
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os seis repositórios analisados, cinco são baseados em DSpace, plataforma bastante utilizada por repositórios institucionais brasileiros. O DSpace apresenta o mais recente Relatório de Conformidade de Acessibilidade para as versões 7.6.5, 8.2 e 9.1, com conformidade parcial às WCAG 2.0, 2.1 e 2.2 (DSpace, c2024). Essa conformidade parcial é base favorável para a acessibilidade da camada de interface dos repositórios. Contudo, ela não exige a instituição de garantir que configurações e

⁵ Disponível em: <https://scholarspace.library.gwu.edu>. Acesso em: 24 mar. 2026.

⁶ Disponível em: <https://dash.harvard.edu/home>. Acesso em: 24 mar. 2026.

⁷ Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/home>. Acesso em: 24 mar. 2026.



personalizações não criem barreiras, que a acessibilidade seja mantida ao longo do tempo conforme atualizações das WCAG e a legislação vigente.

Três dos repositórios têm políticas de acessibilidade específicas: eCommons (Cornell [...], 2026); DukeSpace (Duke [...], [20--?]); Deep Blue Documents (University [...], c2023). O DukeSpace se distingue dos demais por articular três níveis de políticas: a política específica referencia a da biblioteca e esta referencia a da universidade. Outros três referenciam apenas políticas de acessibilidade das universidades às quais estão vinculados: GW ScholarSpace (The George [...], [20--?]a); Harvard Dash (Harvard, 2023); IU ScholarWorks (Indiana [...], c2026). No entanto, a política de acessibilidade digital de Harvard inclui isenção de responsabilidade explícita, declarando que o documento não cria obrigação contratual ou legal da universidade perante a comunidade.

Chama a atenção a ausência de data de criação e/ou atualização na maioria dos documentos. Em todos os repositórios, o *link* das políticas de acessibilidade fica no rodapé da página inicial. A localização pouco visível é indício de que a acessibilidade ainda ocupa lugar periférico na gestão desses repositórios. A análise do conteúdo das políticas revela padrões que independem de nível institucional, o que sugere que o nível da política é menos determinante do que a forma como ela é traduzida em práticas para o repositório. No Quadro 2 são sintetizados elementos de acessibilidade que se sobressaem nas políticas analisadas.

Quadro 2 - Síntese dos elementos de acessibilidade identificados nas políticas analisadas

Repositório	Acessibilidade como requisito para depósito	Recursos e orientações para produção de documentos acessíveis	Métodos para solicitação de versão adaptada	Métodos para reportar barreiras de acessibilidade
GW ScholarSpace	Sim	Sim	Contato genérico	Formulário específico
IU ScholarWorks	Sim	Sim	E-mail/telefone	E-mail/telefone
eCommons	Sim, exceto para estudantes	Sim	E-mail/ <i>chat</i>	Contato genérico
Deep Blue Documents	Recomendado	Sim	E-mail e formulários	Contato genérico
DukeSpace	Não explícito	Sim, com <i>links</i> inativos	Formulário	Contato genérico, com link inativo
Harvard DASH	Não explícito	Sim	Contato genérico	Formulário

Fonte: Dados da pesquisa (2026).



A seguir são discutidas as quatro categorias que emergiram dos dados, com destaques para convergências e contradições presentes nas seis políticas analisadas.

Acessibilidade como requisito para depósito

Nas orientações para depósito, o GW ScholarSpace estabelece que os trabalhos devem estar em conformidade com as WCAG e disponibiliza *e-mail* da Equipe de Comunicação Acadêmica para auxiliar os depositantes (The George..., [20--?]b). O IU ScholarWorks insere a exigência no Guia de Submissão, orientando que o documento siga requisitos de acessibilidade e que a conformidade seja verificada, indicando tutoriais. Todavia, ambos não informam se há checagem de conformidade pela equipe.

O eCommons estabelece que conteúdos recém-submetidos ou atualizados atendam aos padrões de acessibilidade de sua política, responsabiliza o depositante pela conformidade e prevê suspensão de privilégios de depósito e remoção de conteúdo em casos de descumprimento reiterado. Embora incisiva, a política é contraditória: trabalhos acadêmicos de estudantes têm a conformidade “fortemente encorajada”, mas não obrigatória. Essa exceção enfraquece o alcance do requisito e levanta questões sobre a coerência da política em relação ao seu escopo.

O Deep Blue Documents recomenda que os documentos depositados sejam acessíveis conforme as WCAG, sem obrigatoriedade. Já o DukeSpace e o Harvard Dash não apontam acessibilidade como requisito para depósito, embora as políticas de ambas as universidades estabeleçam abril de 2016 e junho de 2023, respectivamente, como marcos a partir dos quais todos os novos conteúdos digitais produzidos sejam acessíveis.

Recursos e orientações para produção de documentos acessíveis

Na política do eCommons constam orientações sobre como produzir e validar conteúdo acessível, articuladas aos requisitos exigidos no depósito. Da mesma forma, o Deep Blue Documents oferece orientações vinculadas à recomendação de que os documentos depositados sejam acessíveis. A política do DukeSpace disponibiliza *link* para orientações sobre criação e verificação de PDF acessível e *link* para o Kit de Ferramentas de Acessibilidade da Web da Association of Research Libraries. Contudo, os recursos estavam indisponíveis no momento da coleta, o que compromete o uso.



A política da Indiana University oferta orientações para criação de documentos acessíveis, com treinamentos, ferramentas e materiais de referência, sem mencionar o IU ScholarWorks. O GW ScholarSpace e o Harvard Dash também indicam orientações para criação de documentos acessíveis; o primeiro nas orientações para depósito, e o segundo por meio do Serviço de Acessibilidade Digital da Harvard University.

Métodos para solicitação de versão adaptada

Na política do DukeSpace consta formulário para solicitação de versões adaptadas, com prazo de resposta inicial de três dias úteis. Contudo, o mecanismo se restringe a documentos depositados antes de abril de 2016, data a partir da qual novos conteúdos disponibilizados passariam a ser acessíveis, o que deixa em aberto a situação dos documentos não acessíveis depositados após essa data.

A política do Deep Blue Documents remete a página da biblioteca onde constam *e-mail* e formulários para solicitação de adaptações, com prazo de resposta de dois a três dias úteis. A Indiana University descreve, em sua política institucional, instruções para solicitação de adaptações e recursos acessíveis, com telefone e *e-mail* por campus.

A política do eCommons disponibiliza um *link* para solicitações de adaptações à Biblioteca de Cornell por *e-mail* ou *chat*, porém ele está vinculado ao item da política “Ajuda para depositante: Acessibilidade”, o que pode dificultar sua localização. O GW ScholarSpace e o Harvard Dash não apresentam mecanismo explícito para solicitação de versão adaptada nos documentos analisados, tendo apenas meios de contato genéricos.

Métodos para reportar barreiras de acessibilidade

O GW ScholarSpace disponibiliza, na página inicial do repositório, *link* intitulado “Relatar uma barreira de acessibilidade” que conduz a formulário para relato de barreiras físicas ou digitais, sendo este o mecanismo mais diretamente vinculado ao repositório entre os casos analisados. A Indiana University disponibiliza em sua política institucional telefone e *e-mail* para relato de barreiras, com contatos também discriminados por *campus*. A política do Harvard Dash disponibiliza formulário para reportar barreiras, sem informar prazo de resposta.



As políticas do eCommons, DukeSpace e o Deep Blue Documents disponibilizam apenas formulários de contato genéricos para relato de problemas de acessibilidade, sendo que o *link* do DukeSpace estava indisponível no momento da coleta de dados.

4.1 Referências adaptáveis ao contexto brasileiro

Baseando-se no que as políticas analisadas contemplam, sugere-se que políticas de acessibilidade para repositórios institucionais brasileiros estejam em local de maior destaque facilitando a visualização e contemplem: **a)** manifestação do nível de compromisso com a acessibilidade, reconhecendo eventuais barreiras, indicando legislação nacional aplicável e a diretriz de acessibilidade adotada; **b)** informação sobre a acessibilidade ser, ou não, requisito para depósito e, em caso negativo, o compromisso de prover adaptação sob demanda em prazo que não caracterize desvantagem no acesso; **c)** oferta de materiais orientadores para a produção de documentos acessíveis; **d)** método para solicitação de versão adaptada, preferencialmente em forma de *e-mail* ou formulário, com prazo de resposta explícito; **e)** método para reportar barreiras de acessibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta comunicação caracterizou as políticas de acessibilidade de seis repositórios institucionais norte-americanos, visando oferecer referências ao contexto brasileiro. A análise revelou cenário heterogêneo, com avanços pontuais e lacunas recorrentes. As quatro categorias identificadas, apesar das contradições internas nas políticas de referência, constituem base para políticas de acessibilidade para repositórios nacionais que devem considerar as especificidades da infraestrutura tecnológica e do perfil das instituições às quais serão vinculadas, além da legislação brasileira vigente.

Como principais contribuições destacam-se a caracterização das políticas de acessibilidade mapeadas e uma proposta preliminar de elementos norteadores para a elaboração de políticas para repositórios institucionais brasileiros. Embora produzidas em contexto norte-americano, essas práticas oferecem referências para países nos quais instrumentos dessa natureza ainda são escassos.

Como limitações, destacam-se o recorte geográfico restrito a um único país, com realidade legal e social distinta do Brasil; e a impossibilidade de avaliar a efetividade das



políticas. Trabalhos futuros devem: ampliar a amostra de análise, inclusive para outros países; investigar repositórios brasileiros sob essas dimensões; e propor diretrizes adaptadas à realidade nacional, ampliando a proposta preliminar aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Talea; LEACHMAN, Chelsea. Centering accessibility: A review of institutional repository policy and practice. **Journal of Librarianship and Scholarly Communication**, Ames, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7710/2162-3309.2383>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEYENE, Wondwossen Mulualem. Metadata and universal access in digital library environments. **Library Hi Tech**, Leeds, v. 35, n. 2, p. 210-221, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LHT-06-2016-0074>. Acesso em: 24 abr. 2026.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Budapest Open Access Initiative**. Budapest, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

CHEETHAM, Anastasia *et al.* Accessible Metadata Generation. *In*: STEPHANIDIS, C., ANTONA, M. (eds). Universal Access in Human-Computer Interaction. Universal Access to Information and Knowledge. **Lecture Notes in Computer Science**, Heidelberg, v. 8514. Springer, Cham. 2014.

CORNELL UNIVERSITY LIBRARY. **eCommons accessibility policy**. 2026. Disponível em: <https://guides.library.cornell.edu/ecommons/accessibilitypolicy>. Acesso em: 26 mar. 2026.

DSPACE. **Accessibility**. c2024. Disponível em: <https://dspace.org/accessibility/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

DUKE UNIVERSITY LIBRARIES. **Digital repositories at Duke: policy for accessibility**. [20--?]. Disponível em: <https://library.duke.edu/using/policies/repository-accessibility>. Acesso em: 26 mar. 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HARVARD UNIVERSITY. **Digital accessibility policy**. 2023. Disponível em: <https://accessibility.huit.harvard.edu/digital-accessibility-policy>. Acesso em: 26 mar. 2026.

INDIANA UNIVERSITY. **Accessibility at IU**. c2026. Disponível em: <https://accessibility.iu.edu/index.html>. Acesso em: 26 mar. 2026.



MICHIGAN STATE UNIVERSITY LIBRARIES. **MSU Libraries digital collections**. [20--?]. Disponível em: <https://d.lib.msu.edu/msul>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SENA, Priscila; BONETTI, Letícia Guarany; CARVALHO SEGUNDO, Washington Luís Ribeiro de. Repositórios Institucionais como tecnologia convergente de saberes institucionais. *In*: SILVEIRA, Luhilda Ribeiro; MENDES, Suênia Oliveira; PECEGUEIRO, Cláudia. **Convergências para o acesso aberto**: políticas, tecnologias e práticas em transformação. São Luís: EDUFMA, 2026, p. 72-91. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18912538>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SPINA, Carli; LOUGEN, Colleen; JENSEN, Jennifer Keller. Access for Whom? An Examination of Public-Facing Accessibility Practices in Library Accessibility Alliance Members' Open Access Institutional Repositories. **Journal of Librarianship and Scholarly Communication**, Ames, v. 12, n. 2, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.31274/jlsc.18208>. Acesso em: 20 abr. 2026.

THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY LIBRARIES. **ScholarSpace**: accessibility. [20--?]b. Disponível em: <https://scholarspace.library.gwu.edu/about#accessibility>. Acesso em: 26 mar. 2026.

THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY. **Digital accessibility**. [20--?]a. Disponível em: <https://accessibility.gwu.edu/digital-accessibility>. Acesso em: 26 mar. 2026.

TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. *In*: VECHIATO, Fernando *et al.* (org.). **Repositórios digitais**: teoria e prática. Curitiba: EDUTFPR, 2017, p. 91-114.

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARY. **Deep Blue**: accessibility statement. c2023. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/assets/static/accessibility-statement.html>. Acesso em: 26 mar. 2026.

VAVROSKY, Laura. **Accessibility of Institutional Repository content**: current landscape and ideas for a path forward. Duluth, 2020. Apresentação em *slides*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13028/nhev-rc71>. Acesso em: 23 abr. 2026.

WENTZ, Brian; JAEGER, Paul. T.; LAZAR, Jonathan. Retrofitting accessibility: the legal inequality of after-the-fact online access for persons with disabilities in the United States. **First Monday**, v. 16, n. 11, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5210/fm.v16i11.3666>. Acesso em: 20 abr. 2026.

